arquivo & administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 3, n. 1/2, jan./dez. 2004

Fas. 46794 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.3 n.1-2
jan./dez.2004

O QUE É A AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão e elevar o nível técnico dos arquivistas brasileiros, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica, cultural, entidade de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977.

È membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Cooperar com o Governo e organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos e documentos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizado ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congrassos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assitência e serviços técnicos a empresas públicas.

SERVIÇOS QUE A AAB OFERECE

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Intermediação para contratação e administração de Recursos Humanos na área de Arquivo, mediante convênio;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades da empresa.

QUADRO ASSOCIATIVO

Podem ser admitidos como sócios da AAB, sem qualquer discriminação, além das pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação.

As empresas públicas e privadas podem se filiar à AAB na qualidade de pessoa jurídica, como sócios contribuintes.

Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB

Avenida Presidente Vargas, 1733 sala 903 – Centro – Rio de Janeiro RJ
CEP 20210-030 Telefax (21) 3852-2541 / 2507-2239 E-mail aab@aab.org.br

arquivo & administração

v. 3, n. 1/2 jan./dez. 2004

SUMÁRIO

CARTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL BRASILEIRO 5

GOVERNO ELETRÔNICO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E EXCLUSÃO INFORMACIONAL 13

ABORDAGEM AOS ARQUIVOS FAMILIARES E PESSOAIS COMO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO 22

OS ARQUIVOS E OS SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE 51

ATIVIDADES DE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO EM ARQUIVO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO 65

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB CENTRADOS NO USUÁRIO 82

Arq. & Adm	Rio de Janeiro	v. 3	n. 1/2	p. 1-96	jan./dez. 2004

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivista Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação editorial e revisão: Paulino Lemes de Sousa Cardoso

Catalogação na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) - Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.
1. Arquivo - Periódicos. 2. Administração - Periódicos. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

R. 46794

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
Menbros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria Protempore

Presidência: Lucia Maria Velloso de Oliveira
Tesouraria: Maria Celina Soares de Mello e Silva

Conselho Editorial

Paulino Lemes de Sousa Cardoso (coordenador)
José Maria Jardim
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Maria Odila Fonseca
Paulo Elian
Sérgio Conde de Albite Silva

EDITORIAL

A Revista Arquivo & Administração é lançada em 1972 com a proposta de constituir-se como um espaço de difusão do saber arquivístico. Os artigos produzidos por profissionais de documentação e informação destacam-se na comunidade por apresentar não só a prática arquivística, mas também as mais distintas reflexões no campo da fundamentação teórica. Após algum tempo de pausa, estamos retomando este projeto editorial com grande alegria.

Neste novo número de Arquivo & Administração, não nos afastamos dos nossos objetivos iniciais e ratificamos nossa proposta original de divulgar o conhecimento teórico, sempre evidenciando o que de melhor se produz nos meios arquivísticos.

Assim, na presente edição, cientes da radical transformação que se opera no âmbito da informação, em razão da produção acelerada de documentos em bases digitais, estamos trazendo ao conhecimento de todos a *Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital Brasileiro*, elaborada por Claudia Lacombe Rocha e Margareth da Silva, Técnicas da Coordenação-Geral de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional e integrantes da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.

A Carta tem como objetivo "conscientizar e ampliar a discussão sobre a instabilidade do legado digital", uma vez que "o principal desafio colocado pelos documentos digitais é a necessidade de se produzir e preservar documentos arquivísticos digitais fidedignos autênticos e acessíveis".

A exclusão digital e a exclusão informacional, por outro lado, é assunto do artigo *Governo Eletrônico, gestão da informação e exclusão informacional*, do Prof. José Maria Jardim, Doutor em Ciência da Informação.

Com esta edição de Arquivo & Administração apresentamos o texto *Abordagem aos arquivos familiares e pessoais como sistemas de informação*, de Armando Malheiro da Silva, professor português muito discutido e divulgado em nossos meios, devido às suas constantes digressões ao Brasil, onde tem inúmeros amigos leitores. O assunto de que trata o seu texto foi motivo de reflexão e debate muito recentemente.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB tem como missão promover os profissionais de Arquivo. Por este motivo, neste número, estamos abrindo um espaço para a divulgação da produção intelectual de novos valores da arquivística. Assim, estamos publicando cinco novos autores.

Júlio Cesar Cardoso e André Ricardo Luz, bacharéis em Arquivologia pela UNIRIO, o primeiro Mestre em Ciências da Informação pelo IBICT/UFRJ, são os autores do texto *Os arquivos e os sistemas de gestão da qualidade*. Os dados do artigo *Atividades de consultoria e terceirização em arquivo na cidade do Rio de Janeiro: um estudo exploratório* foram objeto de pesquisa monográfica da autora Suzanna Alves Martins, na Universidade Federal Fluminense, em 2003, sob orientação do Prof. Dr. José Maria Jardim. Apresentamos também o texto *Serviços de informação arquivística na Web centrados no usuário*, escrito por Ivone Pereira de Sá e Paula Xavier dos Santos, ambas da Fundação Oswaldo Cruz.

Como podemos perceber, um espaço editorial como a presente Revista Arquivo & Administração é de fundamental relevância e devemos lutar por sua continuidade. Agradecemos aos autores por se juntarem à Associação dos Arquivistas Brasileiros na elaboração de número tão especial e, confiantes da importância deste ato, oferecemos com esta edição nossa contribuição à Arquivística.

Lucia Maria Velloso de Oliveira
Paulino Lemes de Sousa Cardoso

ABORDAGEM AOS ARQUIVOS FAMILIARES E PESSOAIS COMO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO[1]

Armando B. Malheiro da Silva, Professor Auxiliar
da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RESUMO

Neste artigo partimos de alguns pressupostos essenciais, de entre os quais se destaca a integração da Arquivística como ramo de aplicação teórico-prática da Ciência da Informação, pondo em evidência uma perspectiva que vimos desenvolvendo de há alguns anos a esta parte. Houve, por isso, a necessidade de repetir algumas definições e as linhas essenciais do método quadripolar da C.I., na qual a Arquivística se insere e dilui..

Expostos os fundamentos teóricos do paradigma científico que defendemos e que se demarca do paradigma historicista, custodial e tecnicista que continua modelando a prática arquivística exercitada sobretudo nas instituições culturais, criadas após a Revolução Francesa, baptizadas de Arquivos (com diferentes atributos: Nacionais, Departamentais, Históricos, Públicos, etc.), debruçamo-nos sobre o caso da informação produzida e recolhida por Famílias e Pessoas porque ele é desafiante e instigante, coinstituindo um excelente campo de demonstração de uma proposta de estudo e de tratamento para o acesso alternativo aos planos de classificação propostos por autores franceses, espanhóis e colegas portugueses.

ABSTRACT

APROACH TO THE FAMILY AND PERSONAL ARCHIVES AS INFORMATION SYSTEMS

In this article we depart from some essential presuppositions, which we stand out the integration of the Archival Science as a branch of the theoretical-practical application of the Information Science, evidenciating a perspective which is being developed by us, for some years to this part. There for, there was the necessity to repeal some of the definitions and some essential guidelines of the quadripolar method of the Information Science, in which the Archivistic is included and it is dissolved. Exposed the theoretical principles of the scientific paradigm which we defend and that it stands off from the historicist, custodial and technicist paradigm that are still influenciating the Archival practice used mainly in the cultural institutions, established after the French Revolution, and baptized as Archives (with different attributes - National, Department, Historical, Public, etc.), we lean ourselves over the case of information produced and collected by Families and People as it is an intigating challenge that constitutes an excellent demonstration field to the studies and treatment propositions for the alternative access to the classification tables proposed by french, sapnish and portuguese authors.

1. PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS

Ao contrário dos que, por razões diversas, continuam a pensar e a acreditar que a Arquivística é uma ciência autónoma, temos procurado, de há uns anos a esta parte[2], fundamentar uma posição epistemológica baseada num programa alternativo em que é postulada a viabilidade de uma Ciência da Informação (C. I.) tecida por uma dinâmica quer transdisciplinar, através da qual ocorre a interacção de algumas disciplinas nucleares (Biblioteconomia, Documentação, Arquivística e Sistemas Tecnológicos de Informação na Gestão das Organizações), quer interdisciplinar, enriquecedora em nível teórico-metodológico e com algum impacto no desenvolvimento geral das Ciências Sociais[3].

A Arquivística é, pois, obrigatoriamente inscrita como mero ramo de aplicação teórico-prática no quadro epistemológico de uma C. I. que estuda, explora e busca compreender, resolver e aprofundar problemas e situações mais ou menos complexas e relacionadas com um fenómeno humano e social, facilmente perceptível, mas assaz complexo, que tem sido e continuará certamente a ser designado por intermédio de diferentes termos — cultura, informação, conhecimento[4]... — e que foi recentemente definido assim: ***conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada***[5].

Esta caracterização aproxima-se bastante do que é possível inferir da definição burilada em 1968 por Harold Borko num artigo célebre intitulado *Information science: what is it?* e que vale a pena aqui relembrar:

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as fôrças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação, as representações da informação tanto no sistema natural, como no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos[6].

Não se pense, porém, que esta visão programática é consensual, nem tão pouco que ela é totalmente aceitável nos termos em que apareceu exposta: por um lado, prossegue o debate sobre se há espessura epistemológica para uma C. I. agregadora e superadora do legado teórico-prático das disciplinas relacionadas com a organização, a ordenação, o armazenamento e a recuperação dos documentos ou se, como defendem alguns autores, a C. I. deve centrar-se apenas na documentação/informação científica e técnica ou na informação processada, armazenada e recuperada informaticamente; e, por outro, a ideia de uma ciência interdisciplinar ou de uma interdisciplina revela-se um equívoco absurdo, porque por mais intensas e variadas que

sejam as relações de uma ciência com outras ela carece sempre de um núcleo identitário, de um *core* teórico-metodológico próprio que a individualize e demarque no campo geral dos saberes científicos onde tendencialmente se situa ou é situável.

No entanto e apesar destas e de outras limitações e reservas, a definição de Borko confronta-nos com um fenómeno que está aquém e para além do documento, entendido este como objecto físico/palpável que é fruto do processo materializador/"cristalizador" (num determinado suporte material - papel, película fílmica, base digital, etc.) da palavra, do número, da melodia, do desenho ou da imagem indispensável à comunicação interpessoal e colectiva. Um fenómeno que é possível caracterizar e compreender na sua generalidade ontológica através de um conjunto de propriedades que Borko não enumerou e que para Yv.es Le Coadic têm um cariz sobretudo instrumental: *a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação; e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso*[7]. Perspectiva rejeitada pelos autores de *Das "ciências" documentais à ciência da informação* que propõem a definição de informação acima transcrita e conferem à noção de propriedade o sentido de característica constitutiva e essencial, identificando seis: (1) *estruturação pela acção (humana e social) - o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação*; (2) *integração dinâmica - o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção*; (3) *pregnância - enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação*; (4) *quantificação - a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente*; (5) *reprodutividade - a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização*; e (6) *transmissibilidade - a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável*[8].

Deste naipe de propriedades podem já extrair-se algumas ideias-força que enformam o modelo teórico-prático adiante esboçado. E a primeira é que a acção humana e social gera e contextualiza a informação (designada documentação ou documento sempre que materializada num suporte externo ao indivíduo), impondo-se, por isso, através da noção operatória de organicidade (muito usada pelos arquivistas, que não ousam, porém, defini-la[9]) o imperativo de reconstituição ou de devolução o mais rigorosa possível ao contexto orgânico-funcional originário. Desta ideia decorre outra também fundamental: a informação tende a ser transversal a muitos ou a vários planos da actividade humana e social, verificando-se, consequentemente, uma interacção e uma integração exigidas pela acção humana e organizacional com os seus vínculos e traços próprios. A questão do sentido está intimamente ligada à preponderância do contexto e dos objectivos da acção no fluxo informacional, assim como emerge dos mecanismos e das atitudes de busca, de recuperação e de uso por parte dos utilizadores, cada um dos quais desenhando sempre o seu comportamento informacional específico.

A C. I., na qual, convém frisar, se integra a Arquivística (tal como se desenvolveu, ou seja, como uma prática de guarda ou custódia, de descrição, de ordenação, de recuperação e de uso de documentos considerados de Arquivo[10]), estuda, pois, um fenómeno humano e social identificável pelo conceito de informação com um conjunto específico de propriedades passíveis de serem confirmadas, refutadas ou acrescentadas unicamente através da pesquisa científica, sistemática e revisível, mediante um método apropriado. Entre várias perspectivas e possibilidades, o método quadripolar, desenvolvido nos projectos de investigação qualitativa mais consentânea com a natureza das Ciências Sociais, parece-nos ser o mais promissor. Consiste na interacção dinâmica e em espiral de quatro pólos: o *epistemológico* (compreende a natural coexistência e sucessão de paradigmas[11]); o *teórico* (compreende as teorias, hipóteses e modelos que vão sendo produzidos e modificados no decurso do processo dinâmico e infindável de investigação); o *técnico* (compreende as operações, procedimentos e técnicas empregues, a saber: a observação, a experimentação; a análise e a avaliação, seguidas por um naipe vasto de recursos e de instrumentos como o questionário, a entrevista, a estatística, a análise de conteúdo, etc.); e o *morfológico* (compreende a apresentação formal dos resultados obtidos graças à interacção construtiva dos pólos anteriores)[12].

No pólo teórico concentram-se as hipóteses, os modelos e as teorias, umas importadas e outras elaboradas pelos próprios cientistas da informação à medida que desenvolvem, ampliam e complexificam as suas pesquisas. Não cabe, aqui, enumerá-las, mas temos de destacar uma que tem vindo a ser aplicada ao estudo e à compreensão daquilo que os arquivistas costumam designar por arquivo ou fundo: *conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por um a pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação*[13]. Esta "realidade documental" assim definida ou caracterizada ganha outros contornos e uma maior profundidade se vista através do conceito operatório de sistema que apresenta três características constitutivas essenciais: *1ª - O sistema deve ser observável como uma unidade durável (visão sintética) com significado próprio (macro) a fim de, na conjugação dos seus elementos, parecer novo e emergente; 2ª - Todos os elementos do sistema (micro) compõem uma estrutura estruturante e estruturada, na qual cada elemento contribui para a existência da estrutura mas subordinada ao próprio estado da existência do sistema (visão analítica); 3ª - Há, portanto, uma correlação permanente (feed-back micro-macro) entre a unidade (totalidade) e os elementos (partes): por um lado, o sistema torna-se uma unidade na multiplicidade dos seus componentes; e, por outro, as partes perdem, no sistema, a sua individualidade, tornando-se igualmente essenciais na formação da unidade*[14].

Segundo Piero Mella[15] há dois grandes grupos ou categorias de sistemas: os organizados ou operatórios e os não organizados ou combinatórios, possuindo aqueles uma estrutura formada por órgãos (exemplos: o corpo humano, o relógio, o automóvel, etc.) e estes uma estrutura gerada por elementos análogos pelos quais não se reconhecem relações organizativas (dois exemplos: os fluidos e a população)[16]. E à luz desta genérica "arrumação" podemos elaborar uma concepção sistémica de análise, de compreensão e de intervenção prática nas múltiplas manifestações concretas do fenómeno informação, tal como o entendemos neste estudo e ficou atrás definido, que pode implicar as duas categorias de acordo com certas condições determinantes na gestação do fenómeno. Não obstante isto, convém notar que um sistema de informação (literalmente trata-se de pensar e analisar o fenómeno informação como sistema) é mais natural e frequentemente organizado ou operatório do que não organizado ou combinatório por causa da primeira e segunda propriedades postuladas por Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro[17] como intrínsecas, logo patentes sempre e em todas as facetas e concreções do fenómeno.

Nesta perspectiva recuperamos a definição de **arquivo** como *sistema (semi-)fechado de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores*[18], com ligeiras, mas necessárias, alterações: 1ª - sistema organizado ou operatório de informação em todos os casos em que há um produtor/receptor individual ou institucional dotado de organicidade; e 2ª - sistema não organizado ou combinatório de informação em situações de busca e de recuperação de conteúdos seja num Serviço de Biblioteca Pública, num Centro de Documentação Especializada, num Arquivo Público, ouvindo rádio, vendo TV (normal e interactiva) ou navegando pela *web*, situações info-comunicacionais em que se geram, confrontam e interagem tipos diferentes (micro e macro) de comportamento.

No caso vertente dos *Arquivos Familiares e Pessoais* estamos perante um *Sistemas de Informação organizados ou operatórios*, cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade — Família e Pessoa, cada qual com estrutura própria e acção fixada sempre por objectivos diversos, uns perenes e outros mutáveis. Aplica-se, assim, a teoria sistémica devidamente adaptada à ontologia do fenómeno informacional e através de um modelo que passaremos a caracterizar nos seus traços essenciais.

Mas antes de mostrá-lo no seu âmago, convém explicar que usamos a noção de modelo num dos sentidos padronizados — o de modelo teórico que *réalise une synthèse des opérations de changement d'échelle, d'analogie et de formalisation, et produit ainsi une version stylisée de la réalité. Le style ici ne décrit pas un événement littéraire survenu dans le cours de l'énonciation d'une idée, mais ce dont le modèle est fait: symbole, dessins, flèches... Or, une version stylisée de la réalité, cela ne signifie pas une métaphore de la réalité, c'en est même, en un sens que je vais tout de suite préciser, exactement l'inverse*[19]. Só que essa referida estilização da realidade, produzida através de organogramas e de fluxogramas, é completada, na acepção mais ampla e densa que aqui usámos, por um procedimento descritivo multinível[20] e maleável que visa, por um lado, aproximar-nos da autenticidade do contexto de produção original da informação num espaço e tempo determinados e, por outro, tornar possível um acesso o mais interactivo e dinâmico possível. E isto é feito através da demarcação nítida de dois vectores que permanecem erroneamente confundidos e baralhados nos denominados *planos de classificação orgânico-funcionais* que de orgânicos pouco ou nada têm e se resumem a uma classificação temática, como é, afinal, a célebre CDU (Classificação Decimal Universal usada nas Bibliotecas), mas sem ser assumida tal e qual. O vector orgânico-funcional que releva do contexto histórico onde se situa a acção geradora de fluxo informacional tem de ser modelizado com o máximo de rigor num instrumento específico — o quadro orgânico-funcional — e, paralelamente, é imperioso que surjam gradativamente vários tipos de instrumentos de pesquisa: desde o guia ao catálogo de documentos ou actos informacionais com uma poderosa panóplia de índices (antroponímico, cronológico, geográfico, ideográfico, etc.)[21].

2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO FAMILIAR E PESSOAL: ASPECTOS ESSENCIAIS

A atitude habitual face aos "papéis" de Famílias e de Personalidades mais ou menos ilustres, assim como à documentação de todas e quaisquer entidades, tem ficado dependente de um padrão comportamental muito generalizado que tende a negligenciar, a eliminar, a vender e a fragmentar os mais diversos tipos de documentos. E, desta infindável e permanente razia, fica — quando fica... — um acervo residual que muitos arquivistas, marcados por uma forte vinculação restritiva da noção de arquivo à actividade administrativa, judicial e contabilística, têm dificuldade de considerar como fundo e muito menos como um sistema de informação, refugiando-se em termos difusos e equívocos — "colecção" e "espólio" são muito usados por força do hábito e de pouco sentido crítico[22].

A par dessa ambiguidade e notória fragilidade teórica, os arquivistas têm inflectido bastante num plano mais utilitário e prático, servindo-se para isso da base legal como fez, por exemplo, Françoise Hildesheimer, no seu pequeno livro, *Les Archives Privées*, ao citar o estipulado pela Lei de 3 de Janeiro de 1979, no seu artigo 1º, a respeito da definição de arquivos, e especificando, no artigo 3, que os arquivos públicos são *1/Les documents qui procèdent de l'activité de l'État, des collectivités locales, des établissements et enterprises publics; 2/ Les documents qui procèdent de l'activité des organismes de droit privé chargés de la gestion des services publics ou d'une mission de service public; 3/ Les minutes et répertoires des officiers publics ou ministériels*, enquanto os privados *sont l'ensemble des documents définis à l'article 1er qui n'entrent pas dans le champ d'application de l'article 3 ci-dessus*[23]. Uma classificação jurídica generalizada e aceite como ponto basilar (Olga Gallego Dominguez inicia o *seu Manual de Archivos Familiares*[24] com um capítulo intitulado *Archivos Públicos y Archivos Privados*) e indispensável para a salvaguarda e gestão do património documental[25].

É, aliás, óbvia e consensual a necessidade de regular, legalmente, a incorporação em Serviços de Arquivo e de Biblioteca públicos[26] dos acervos familiares e pessoais, evitando, assim, a sua fragmentação, venda e destruição. E, por isso, os arquivistas muito natural e meritoriamente têm-se preocupado, cada vez mais, com a definição de uma política nacional para os arquivos em geral e os de família em particular, que implica o *delineamento de um projecto de aquisição, difusão e regulamentação da acessibilidade a este género de fundos de arquivo*[27]. Daí a importância da legislação sublinhada por Pedro de Abreu Peixoto: *A legislação é um dos eixos fundamentais ao qual se liga o desenvolvimento da arquivística e no qual se alicerçam as políticas nacionais relacionadas com a gestão e organização dos arquivos. (...) A razão primeira, da necessidade de uma reflexão mais profunda, é o facto de a inexistência de um enquadramento legislativo específico deste tipo de arquivos na lei portuguesa afastar inequivocamente os seus proprietários das instituições públicas de arquivo, que são no nosso país as mais preparadas para prestar um serviço técnico de arquivo, desde a organização à preservação e difusão. Logo não é possível defender, neste particular, com eficiência o património cultural português*[28].

Cuidar da regulação legal, e até do valor patrimonial dos Arquivos Familiares[29] e Pessoais, é matéria de gestão e de preservação que está dentro das atribuições e das competências dos Serviços de Arquivo (nascidos, como é sabido, após a Revolução Francesa[30]) e Biblioteca e que podia não constituir um grande ou difícil problema se houvesse em Portugal, e noutros países, um respeito colectivo pela lei e pelas políticas públicas de incidência cultural, assentes em estruturas eficientes. Mas, este é um outro tópico que sai fora do escopo deste artigo.

Importa distinguir planos e, sobretudo, restringir a visão ou o paradigma patrimonialista[31], ao esforço de incorporação integral e de preservação material da informação/documentação, produzida por pessoas e por instituições. O estudo, e o denominado "tratamento arquivístico", não pode mais ser feito por portaria, nem tão pouco ao abrigo de uns planos de classificação orgânico-funcionais, feitos para evitar, por falta de tempo e de pessoal (argumento verídico, mas insustentável), a descrição catalográfica documento a documento e para legitimar uma alegada diferença original e até ontológica do documento de arquivo, do documento de biblioteca.

Começa neste ponto a necessidade de mudar de paradigma e de trazer a C. I. para o terreno da pesquisa, da contextualização e da disponibilização rigorosa da informação acumulada e incorporada. Os efeitos desta profunda alteração paradigmática são vários e imprevisíveis a médio e longo prazos.

Mudando, pois, de paradigma, mudamos também para um quadro teórico-metodológico que é a base fundadora do modelo que propomos para estudar e disponibilizar o acesso a sistemas de informação (SI) surgidos e mantidos por entidades de tipo familiar e pessoal[32].

Estamos, assim, a chamar a atenção para uma infinidade de casos que convocam, forçosamente, uma abordagem não casuística, mas indutiva (do particular ao geral), centrada no contínuo e rigoroso estudo monográfico de uma soma ilimitada de casos, obtém-se uma panorâmica ampla e aprofundada sobre a natureza da informação gerada e recebida por certo tipo de entidades. A partir daqui, pode-se subir de escala a fim de se comparar e confrontar o mesmo fenómeno, dentro de uma rica e vasta variedade de contextos, e, nesta trajectória ascensional, por etapas, obtém-se a confirmação, a negação, a revisão/correcção das propriedades da informação expostas atrás. Perspectiva que contrasta bastante com a abordagem empirista, incorporacionista e patrimonialista bem representada por Olga Gallego Dominguez e que tem inspirado o pouco que sobre este domínio específico está feito entre nós[33]. É, aliás, muito elucidativo o que aquela autora afirma quando se ocupa do "tratamento arquivístico" e inicia suas considerações a respeito da *organização* (sinónimo de "arranjo dos documentos"): *Estos archivos presentan una problemática específica en cuanto a su organización y descripción, debido a las características de que hemos hablado anteriormente, es decir, a su carácter heterogéneo, fragmentario e incoherente, formados en su gran mayoría por documentos sueltos. Las series no suelen ser tipológicas, sino de origen arbitrario y con fines particulares, cuya unidad se la suele dar el asunto o la información. Por otra parte, en la clasificación no podemos apoyarnos en el principio de procedencia y de estructura, como si se tratase de una institución con órganos, funciones y actividades muy definidas por la normativa, por lo cual el tratamiento de estes fondos puede acercarse, en muchas ocasiones, al de las colecciones*[34].

Um naco de prosa, pretensamente teórica e arrepiante do ponto de vista lógico, que não podemos deixar de fustigar nos seguintes pontos: 1º) o preconceito administrativista, já atrás focado e insustentável à luz da C. I., leva estes autores a declararem que a documentação familiar e pessoal não possui os atributos específicos do "documento de arquivo"[35] tal como vimos atrás pela mão de Blanca Rodrígues Bravo; 2º) as séries (série significa literalmente *conjunto de corpos homogéneos, sequência, sucessão, distribuição ordenada, disposição natural e metódica*[36]...) não são apenas administrativas (deve, aliás, restringir-se este termo a práticas burocráticas de matriz jurídico-político que resultam da sequência de actos informacionais produzidos dentro de certo padrão uniforme e com um objectivo fixo ou (re)ordenados de acordo com as necessidades e objectivos orgânicos de quem os usa), sendo conhecido o emprego deste termo na designação técnica dos periódicos ou publicações em série e, sendo, ainda possível, considerar, como série, os textos de um jornalista escritos diária ou semanalmente para a coluna de um qualquer jornal; 3º) admitir que o princípio de procedência e estrutura só serve para o caso das instituições com órgãos, funções e actividades muito definidas pela normativa jurídico-administrativa, não se aplicando ao das famílias e pessoas, é admitir, claramente, a inutilidade teórico-metodológica de tal princípio (considerado fundador da Arquivística), havendo só arquivo nessas instituições e em mais nenhuma entidade, e equivale a deitar por terra a definição jurídica de "arquivos privados"!...; e 4º) distinguir *colecção* de *fundo* é um artificialismo linguístico pueril que entra, facilmente, em contradição com a definição dada de *fundo* (*enquanto conjunto orgânico de documentos produzidos ou recebidos por uma qualquer entidade no decurso de sua actividade*), pois alguém se atreve a contestar, à luz dessa definição, que os livros adquiridos e lidos por um escritor profissional formam parte integrante de seu fundo?!! E, indo por aqui afora, não custa verificar que se usa o termo colecção, na prática, como sinónimo de fundo e até o lixo é fruto de nossa actividade natural...

Conclui-se, assim, que a prática arquivística baseada na coisificação e na patrimonialização dos documentos é um expediente simplista e equivocado, incompatível com os parâmetros essenciais e perenes do trabalho científico (ou as exigências básicas da Ciência Moderna, reformulada pelas críticas pertinentes e certeiras ao positivismo ingénuo e anacrónico).

Em vez de continuarmos a encarar, de forma muito sensitiva e simplista, o documento como coisa, a que se pode atribuir uma panóplia difusa e fluída de valores (Schellenberg consagrou o valor primário e o secundário[37]; Pedro Peixoto observou, no respeitante ao arquivo de família, haver três valores ou planos de valoração: afectivo, patrimonial e informativo[38]), temos de entender que ele existe porque é um elo essencial que liga o fenómeno informação à sua consumação comunicacional. O documento pode materialmente existir como coisa, mas epistemologiocâmente só existe amarrado ao binómio informação-comunicação, não podendo ser estudado, nem difundido à margem deste enquadramento ontológico.

Esta prevenção de cariz paradigmático justifica e prepara a operacionalização do método quadripolar através do jogo dialéctico de seus pólos — epistemológico, teórico, técnico e morfológico.

No pólo teórico concentram-se e emergem teorias, hipóteses e modelos. Interessa, aqui, a teoria sistémica e a noção operatória de sistema de informação, atrás evocada. Estejamos perante uma pasta fina com meia dúzia de papéis ou perante centenas de caixas a abarrotar de documentos envoltos em poeira, sujidade e visível desordenação (é intencional a omissão do substantivo desorganização...) aplica-se, a título sempre demonstrativo, a teoria sistémica com o efeito prático de se considerar esse amontoado de papéis — poucos ou muitos — como um sistema (semi)fechado de informação que remete para uma determinada estrutura (o aparelho organizacional ou a composição interna/endógena da entidade respectiva) e para uma funcionalidade dinâmica (uso original e reutilização posterior e permanente), vectores que se enlaçam e formam um terceiro - a memória específica[39].

Mas, pode e deve perguntar-se: com que vantagens científicas? E pode e deve responder-se — várias. Primeira: superar a mera lógica incorporacionista que, paradoxalmente, cauciona, legitima e banaliza as práticas fragmentadoras dos conjuntos documentais quaisquer que sejam. Segunda: valorizar a complexidade do que é humano e social através de análises sistemáticas, aprofundadas e interdisciplinares, que permitem compreender e tentar a explicação do não linear, do que está para além do aparente, do complexo. Terceira: facilitar a inteligibilidade da informação que perdurou/perdura, através do minucioso exame da contextualização originária e das sucessivas e, por vezes, sinuosas recontextualizações de produção e de uso (fluxo). Quarta: compreender os mecanismos óbvios e mais recônditos e obscuros da necessidade mental/subjectiva — individual e colectiva — de busca da informação, problemática abrangida pela área de estudos de utilizador, também denominada comportamento informacional.

Entronca, aliás, nesta quarta vantagem o estudo da incessante dinâmica do fluxo informacional mediante a noção operatória de interactividade, muito em voga devido ao potencial trazido pela revolução infotelemática. Marco Silva avançou com uma definição interessante e estimulante do conceito que, de algum modo, cobre ou inclui a acepção ínsita ao modelo que estamos a expor. Segundo esse autor *interactividade é a disponibilização consciente de um mais comunicacional de modo expressivamente complexo, ao mesmo tempo atentando para as interações existentes e promovendo mais e melhores interações — seja entre usuários e tecnologias digitais ou analógicas, seja nas relações "presenciais" ou "virtuais" entre seres humanos*[40].

A adopção desta importante noção operatória exige uma alteração de fundo na elaboração de instrumentos de pesquisa, habitualmente produzidos tendo em conta perfis de utilizadores definidos por senso comum e não por regulares e minuciosos estudos comportamentais, em busca de indicadores seguros sobre as formas de busca de informação mais satisfatórias. Mas, se é verdade que esses estudos são necessários, também é evidente que persistem ideias erróneas, fáceis de demolir através de raciocínios simples e do uso correcto do senso comum. É o caso do preceito muito seguido de que os inventários (vão da secção à série e à subsérie) são o instrumento de pesquisa adequado a Arquivo, ao contrário do catálogo, inevitável para os acervos bibliográficos. No entanto, não custa perceber que quanto mais fina, mais pormenorizada, mais catalográfica for a descrição de um documento, maior será a probabilidade de serem atendidas e respondidas as diversas modalidades de busca postas ao S. I.

Através do pólo morfológico, a qualidade dos produtos finais do trabalho científico centrado, por exemplo, nos mais diversos tipos de S. I., tem de ser permanentemente melhorada, através do uso e do aperfeiçoamento da panóplia existente de instrumentos de pesquisa, com ênfase especial para o catálogo, os índices (desde o antroponímico ao ideográfico) complementados pela elaboração cuidadosa e exaustiva de *thesauri*.

Entre o morfológico e o teórico, fica o pólo técnico, em que avultam a observação e a análise/avaliação. Aquela pode ser directa ou indirecta, incidindo sobre casos ou sobre variáveis e consistindo na recolha exaustiva dos elementos históricos, normativos e reguladores específicos do S. I. e genéricos, ou de enquadramento conjuntural, de maneira a que se possa obter uma configuração exacta da estrutura orgânica e sua evolução, bem como dos objectivos e da lógica de produção/recepção/ordenação informacional, ao longo do tempo. Por seu turno, a dupla análise/avaliação implica um exame contínuo e rigoroso de todos os elementos obtidos, confronto e comparação, tendo em vista a efectiva compreensão do *puzzle*. E no que toca concretamente à avaliação do fluxo informacional, estejamos perante um S. I. activo ou perante um desactivado[41], recomenda-se a proposta matricial centrada nos objectivos orgânicos e na acumulação de memória (vital desde logo para a entidade produtora) expurgada de tudo o que possa ser eliminável[42].

Todos estes aspectos determinam e enformam o modelo cuja aplicação teórico-prática será explicada no ponto seguinte.

3. APLICAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA

Independentemente da variedade tipológica (redacção do conteúdo + função temática[43]), do volume documental que cada caso exiba e, muito particularmente, das condições físicas e sócio-institucionais em que for encontrado e estudado (uma Família ou os herdeiros de um determinada figura pública tanto podem manter em sua posse a respectiva documentação melhor ou pior conservada, como esta pode estar incorporada num Serviço de Arquivo ou numa Biblioteca Pública qualquer), não deve haver falsas facilidades na abordagem, nem a ânsia desastrosa de se desejar produzir um guia, um repertório ou um inventário, com a máxima celeridade para satisfação de muitos ou poucos utilizadores.

Urge, sim, aplicar o modelo sistémico e interactivo[44], com o máximo rigor possível.

3.1. Famílias

Um arquivo, melhor dizendo, um sistema de informação (S. I.) familiar remete, como todos os S. I. gerados pelos seres humanos, para uma estrutura orgânica. Os autores de *Arquivística...* (vol. 1)[45] tipificaram, quanto ao vector estrutura, duas espécies ou categorias: os *unicelulares* — todos os que assentam numa estrutura organizacional de reduzida dimensão, gerada por uma entidade individual ou colectiva, sem divisões sectoriais para assumir as respectivas exigências administrativas[46]; e os *pluricelulares* — todos os que assentam numa média ou grande estrutura organizacional, dividida em dois ou mais sectores funcionais, podendo mesmo atingir uma acentuada complexidade[47]. E quanto ao vector funcional/uso, outras duas: os centralizados — todos os sistemas (unicelulares e pluricelulares) que operam o controlo da sua informação através de um único centro (onde ela se concentra fisicamente) e que baseia o tratamento da mesma em critérios funcionais, ideográficos ou outros, que determinam a organização dos documentos e a elaboração de instrumentos de acesso; e os descentralizados — todos os sistemas pluricelulares, que, para obterem maior eficácia, optam por um controlo da sua informação, através da atribuição de autonomia aos seus vários sectores orgânico-funcionais, e aos subsistemas, quando existem, e por um tratamento documental devidamente ajustado à descentralização praticada[48].

De acordo com esta base de modelização, é possível postular que o SIF(des)AP — sistema de informação familiar activa (ou desactivada) e permanente — remete sempre para uma estrutura unicelular, mas esta afirmação, por si só, não esclarece, por completo, os contornos da organicidade subjacente a qualquer Família em todas as suas modalidades de adaptação sócio-económica, demográfica e jurídica (regime matrimoni-

al) ao devir do processo histórico (estrutural e conjuntural) e civilizacional. É preciso acrescentar, com Yvonne Castellan, e de forma assaz genérica, que *une famille peut être définie comme une réunion d'individus: unis par les liens du sang; vivant sous le même toit ou dans un même ensemble d'habitations; dans une communauté de services*[49], significando isto a combinação dinâmica do vector biológico da reprodução humana com a inserção sócio-económica do agregado familiar. E este reveste diversas formas — desde o nuclear e o monoparental (relacionados, no Mundo ocidental, com o processo de industrialização e a pós-modernidade) ao patriarcal ou família-estirpe, predominante em várias sociedades europeias até ao final de setecentos.

Tendo em conta a definição dada, podemos ir buscar os fundamentos orgânicos e estruturais da Família aos seguintes elementos: (1) união afectiva e física de dois indivíduos de sexo oposto (ou do mesmo sexo, desde que legitimados por casamento civil); (2) procriação e continuidade genética através de descendência em sucessivas gerações (a geração converte-se, assim, na mais elementar e marcante divisão organizacional da Família); e (3) acção dos diferentes membros individuais a fim de garantirem a sobrevivência colectiva e as estratégias subsequentes de poder sócio-económico, político e simbólico.

Percebe-se, assim, que tenhamos criticado atrás Olga Gallego Domínguez e que nos afastemos da proposta dos autores de *Arquivos de família*[50]. A crítica decorre da demonstração de que há sempre uma estrutura orgânica associada a um S. I. Mais: é impossível, postulamos nós, existir informação sem organicidade, o que não significa que tenha de haver sempre uma estrutura burocratizada e dividida em directorias, departamentos, secções e repartições (tipo pluricelular), pois há entidades que funcionam sem um complicado aparelho burocrático (são as unicelulares). E a nossa divergência, com os autores do citado manual, deriva da impossibilidade lógica e prática de se querer incluir num único plano de classificação duas dimensões complementares, mas distintas: a orgânico-funcional (uma estrutura organizada naturalmente por objectivos atingidos através de funções e atribuições, acções e tarefas) e a funcional-temática (funções e atribuições, acções e tarefas que constituem naturalmente temas específicos ou assuntos). Aquela é inconfundível com as rubricas temáticas (mais ou menos originais, mas muitas vezes anacrónicas...) que constituem apenas um meio, sem dúvida utilíssimo, de acesso ao conteúdo da documentação. Esta a divergência geral, mas ela aprofunda-se a um nível mais específico.

Com efeito, não consideramos sustentável que o critério orgânico aplicado à constituição de secções e suas divisões, no exemplo da Casa das Galvêas dado pelos referidos autores, consista na separação, no plano de secção arquivística, da linha varonil das linhas femininas e colaterais (em bloco), aparecendo depois debaixo da varonil, como subsecção, a sucessão geracional dos Mello e Castro, enquanto sob as femininas e colaterais dois ramos - os Silva Pereira e os Lobo de Saldanha. Se é indiscutível a importância da genealogia familiar para a contextualização orgânica da informação, também é óbvio que as linhas varonil e feminina se inscrevem dentro da unidade geração, sendo explicitadas, através dos diferentes membros, e seu posicionamento escalonável por ordem de varonia e cronológico de nascimento. Parece-nos, pois, redundante e artificial elevar à categoria de secção as linhas (varonil e femininas), quando cada geração (a fundadora e as continuadoras) pode e deve ser uma secção arquivística, reservando-se as subsecções para inserir primeiro o casal administrador/representante da linhagem, depois o varão/esposo desse casal, depois a esposa, e depois os irmãos e cunhados por ordem cronológica de idades, se estivermos no espaço peninsular até ao sec. XIX.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL) Acervo Bibliográfico

Em alternativa ao critério orgânico, os mesmos autores apresentaram o critério funcional, com duas secções — Gestão Patrimonial e Actividades Individuais — e cada uma delas com duas Sub-Secções respectivamente: Transação de bens e Administração de Propriedades; e Actividade Pública e Actividade Privada. No entanto, rejeitaram ambos os critérios optando por aquilo que designam de critério orgânico-funcional ou critério misto, a saber: Secção Actividades Individuais com três Sub-Secções, no exemplo da Casa Galvêas, (1) Mello e Castro, (2) Silva Pereira e (3) Lobo de Saldanha; e Secção Actos Administrativos.

Percebe-se o esforço intelectual deste arranjo, que visa combinar organicidade com acesso temático à documentação, mas ressalta também um flagrante equívoco: as funções são intelectualmente atribuídas e inventadas pelo arquivista e desvirtuam a simplicidade da organicidade familiar que tem de ser escrupulosamente respeitada/reconstituída. Ela assenta tão só — e já é muito ... — em gerações e em membros/pessoas unidas por laços de parentesco. E a documentação se aparecer avulsa, ou seja, sem uma ordenação clara mantida através de maços, pastas e gavetas ou de uma outra qualquer solução de ordem/encadeamento físico, deve ser directamente — por ordem alfabética dos sumários das séries, subséries, documentos compostos e simples[51] — inserida nas diversas subdivisões de cada geração.

Até aqui não se deve complicar com a rebuscada fórmula do temático-funcional + orgânico, porque a complexidade não tarda a surgir quando menos se espera.

Todo SIF(AP) se baseia, estruturalmente, num contrato bio-social[52] de pessoas que se aliam e reproduzem, havendo, por isso, o permanente entrelaçar de famílias umas nas outras, através do casamento. E, por outro lado, não podemos esquecer, a par de uma unidade familiar com objectivos próprios e apoiada na interacção geracional, o peso significativo das trajectórias individuais. Temos, pois, um quadro complexo que, de caso para caso, varia em complexidade.

O modelo sistémico, que estamos a propor, permite equacionar as situações de aliança matrimonial numa família nobiliárquica de Antigo Regime (e noutros tipos de família) mediante a noção de Subsistema, conforme esquema:

SISTEMA Família YXZ	Família LVC
.....	.....
geração 10 Apelidos em uso (linhagem)	geração 7 Apelidos em uso
10.1 Casal: António YXZ c. c. Isabel LVC	7.1 .....
	7.2 .....
10.2 António YXZ (pessoa)	7.3 Isabel LVC
10.3 Isabel LVC (pessoa)	
	SUBSISTEMA

O caso ficcionado, mas perfeitamente real, de Isabel LVC ajuda a ilustrar a situação, assaz comum e generalizada, de que uma pessoa, pertencente a determinada Família, casa, ao chegar a uma certa idade, com alguém de outra Família. E, se for a herdeira de todos os bens familiares, leva, naturalmente, consigo o SIF-LVC que será integrado no SIF-YXZ, mas mantendo aquele, em termos de representação descritiva, a indicação de que foi autónomo, até ao casamento de Isabel, e só por este facto é que se torna Subsistema. Daí para a frente, LVC funde-se e dilui-se em YXZ...

Esta situação padronizou-se nas famílias patriarcais, de estirpe e de morgadio (instituto marcadamente peninsular), não se verificando, porém, nas sociedades contemporâneas industrializadas do séc. XX em diante. As novas conjunturas sócio-económicas, tecnológicas, mentais e ideológicas foram enquadrando a nuclearização da família e a sua variação em monoparentais, duplas/triplas etc., com um mesmo cônjuge em todas elas e em "uniões de facto". Esta instável complexidade não impede, porém, que detectemos sempre a unidade básica — a geração e as linhas de sucessão simbólica e patrimonial — e, dentro dela, pessoas que, enquanto vivem juntas, produzem informação em função de objectivos e interesses comuns, continuados de algum modo por seus descendentes. Se estes não existirem e se houver uma união de duas pessoas, durante algum tempo, que depois se separam, não teremos, muito provavelmente, um S. I. familiar, mas dois S. I. pessoais e pode, ainda, acontecer que uma dessas pessoas venha a unir-se a outra até ao fim da vida e haver descendência, formando, então e de novo, um efectivo S. I. familiar. E o processo tende a tornar-se ainda mais tortuoso, mas para haver estrutura familiar tem de haver unidade e sequência geracional associada a estratégias comuns de cariz sócio-económico e simbólico.

O mesmo modelo está concebido para captar, na medida do possível, a organicidade inerente ao ser humano — único e extremamente complexo. Este ponto é, sem dúvida, o mais delicado e de solução mais fluida, que mais consistentes e aprofundados contributos da Psicologia, da Antropologia e de outras Ciências Humanas e Sociais poderão permitir aclarar. De qualquer modo, e enquanto não se aprofunda este aspecto crítico, parece-nos razoável admitir que a pessoa humana é uma totalidade psicossomática que nasce, cresce, amadurece e envelhece, ou seja, temos, aqui, algumas fases orgânicas associadas a um leque de possibilidades de acção (ou de actividade) concentrado nas fases intermédias e nulas/quase nulas nas extremas. E, se postularmos que a organicidade pessoal, reside na infância, na adolescência/juventude e na adultez/velhice, ressalta a imediata consequência de podermos cruzar, do ponto de vista do "encaixe" documental, a documentação pessoal com a familiar. Esta, do ponto de vista temático, diz respeito à gestão dos bens herdados e adquiridos, ao relacionamento interno e externo dos casais ou cônjuges (detentores de poder implícito ou de poder explícito no *corpus* jurídico) e a todas as matérias que envolvam e impliquem a Família no seu todo.

Há, no entanto, uma dificuldade no plano descritivo, que é preciso ter em conta sobretudo se pretendermos compatibilizar o modelo sistémico e interactivo com as ISAD-G e que respeita à inserção, num posicionamento hierarquizado, das fases de vida (essencilamente três: infância, adolescência/juventude e adultez/velhice) como Sub-Secções da Sub-Secção indíviduo X da Secção (Geração) Y. Uma dificuldade contornável se estivermos a elaborar um Quadro orgânico-funcional para publicação em papel ou em cd, mas se estivermos a trabalhar numa Base de Dados há que explorar nesta as possibilidades de resolução.

A operacionalização dos pólos teórico e técnico, através do modelo sistémico e interactivo, assegura, com o máximo de minúcia e rigor, a reconstituição contextual da informação e este desiderato é formalizado, no nível do pólo morfológico, mediante um quadro de organização ou um quadro genuinamente orgânico-funcional, disposto de acordo com o esquema multinível das ISAD(G)[53] e com as devidas adaptações terminológico-conceptuais[54].

À guisa de uma explicação sintética e fácil de visualizar chamamos a atenção para o seguinte esquema:

....

Secção - Geração x (apelidos em uso)

Subsecção (1) - Casal: Marido x Esposa

entra directa a documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples

Subsecção (2) – Marido →Sub-Secções Fases de Vida

- entra directa a documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples

- entra também a remissiva para algum SubSistema (familiar ou de outro tipo)

Subsecção (3) – Esposa →Sub-Secções Fases de Vida

- entra directa a documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples

- entra também a remissiva para algum SubSistema (familiar ou de outro tipo)

Subsecção (4) - Irmão(ã)/Cunhado(a) →Sub-Secções Fases de Vida

- entra directa a documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples

- entra também a remissiva para algum SubSistema (familiar ou de outro tipo)

Subsecção etc. →Sub-Secções Fases de Vida

- entra directa a documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples

- entra também a remissiva para algum SubSistema (familiar ou de outro tipo)

Secção - Geração y (apelidos em uso)

etc.

O esquema exposto pode sofrer alterações na ordenação hierárquica das Sub-Secções individuais (reservadas a cada pessoa da respectiva geração), de acordo com características modernas do agregado familiar, — por exemplo, uma família nuclear sem filhos começa e acaba numa única geração... —, mas a sequência cronológica das idades dos vários filhos de um casal e, consequentemente, componentes activos de uma geração pode e deve manter-se. E, ao mesmo tempo, aplica-se, a cada pessoa, a divisão orgânica das fases de vida ou etapas psicossomáticas como Secções e contendo Sub-Secções orgânico-funcionais como veremos mais adiante.

Antes, porém, de nos ocuparmos do caso das Pessoas produtoras/receptoras de informação, já obviamente imbricado na instituição Família, julgamos útil enumerar alguns procedimentos técnicos que resultam da aplicação inter-relacionada dos quatro pólos, mas com destaque especial para os teórico, técnico e morfológico:

1º O modelo sistémico e interactivo aplica-se independentemente do volume de documentação encontrada e do local/entidade onde fique acondicionado e acessível à consulta pública.

2º No momento inicial do trabalho de estudo e disponibilização ao acesso público é obrigatória uma reportagem fotográfica completa do estado da documentação, partindo-se de imagens de conjunto (do mobiliário ou dos recipientes onde foram encontrados os documentos) até imagens de pormenor (para cada *dossier* e documentos individualizados).

3º A informação é um fenómeno materializável, em diferentes tipos de registo e de suporte material, sendo, por isso, inevitável encontrar uma tipologia documental diversificadíssima (manuscritos e impressos em papel desde livros a folhas volantes, números avulsos/recortes de jornais, mapas/cartas geográficas e geológicas, desenhos, gravuras, fotografias, postais, cassetes áudio e cassetes vídeo, filmes, etc.) que faz parte de um único e polifacetado sistema. A especificidade que cada suporte suscita, em nível da conservação, exige cuidados já padronizados como a limpeza, a higienização e a protecção em capilhas e pastas de cartão desacidificado, bem como a retirada de cordéis, capas plásticas e clipes.

4º O processo metodológico de observação e de análise permite colher dados de variada natureza temática (desde a genealógica à biográfica) que são essenciais para precisar os contornos sistémicos do modelo no que toca ao denominado **Quadro Orgânico-Funcional**, que, em caso algum, deve ser confundido com os habituais planos de *classificação orgânico-funcional*.

5º O **Quadro Orgânico-Funcional** é o primeiro produto/instrumento (ganha forma no pólo morfológico) a ser elaborado obrigatoriamente mesmo que, o SIF(a)P, em foco, possua uma ordenação física dos documentos e um ou mais instrumentos de pesquisa. Neste caso, a colocação física e descritiva da documentação faz-se de acordo com o dito quadro, mas respeitando-se a ordem dada aos documentos. Um exemplo: toda a documentação que tenha sido ordenada, em vida, de um membro de uma geração de determinada Família, será fisicamente mantida debaixo dessa geração ou desse membro e virtualmente, ou seja, por meio da descrição de cada documento simples, identifica-se a informação que foi produzida noutros tempos e noutras anteriores/posteriores gerações, sem se alterar minimamente a reunião física existente à data do início do estudo/trabalho arquivístico.

6º Em paralelo ao **Quadro Orgânico-Funcional**, deve proceder-se, no plano descritivo feito através de FRD's[55], à fixação de elementos essenciais para a recuperação da informação em diferentes graus (desde o genérico ao específico). E, nesta dimensão, vital para que se concretize um acesso cada vez mais próximo dos múltiplos interesses e das necessidades de potenciais utilizadores, não há uma única receita, ao contrário do que tradicionalmente ficou estabelecido, ditando-se o inventário como o produto arquivístico por excelência: **a descrição pode oscilar dentro do mesmo SIF(a)P do inventário analítico (correspondente a um segundo nível de análise proposto por Fernanda Ribeiro[56]) aos catálogos exaustivos[57] de documentos simples de séries extensas, como a correspondência, e por diversos índices (antroponímico, geográfico, cronológico e ideográfico[58]), complementados por thesauri ou listas de termos de autoridade.**

7º O preenchimento rigoroso das FRD's não abrange a informação bibliográfica que pode e deve ser catalogada através das ferramentas em uso, nomeadamente a PORBASE em formato Unimarc e de acordo com as normas internacionais (ISBD). Mas o facto de se empregar, no plano da descrição, dispositivos normativos diferentes, não contraria a seguinte ideia basilar: os livros, opúsculos, folhetos, folhas volantes, prospectos e cartazes não formam, à luz da teoria sistémica e no âmbito do modelo sistémico e interactivo, uma colecção à parte, primeiro, porque a noção de colecção sai definitivamente do vocabulário técnico da C. I. por ser, em rigor, sinónimo de fundo ou acervo orgânico como já atrás referimos, e, segundo, porque um sistema de informação abarca este fenómeno, nas suas diversas manifestações temáticas, de registo tecnológico e de suporte material, não fazendo sentido nenhum separar ou agrupar, em unidades "sistémicas" distintas, a correspondência e outras séries documentais de sucessivas gerações e os livros adquiridos e lidos por essas mesmas gerações. Se toda essa informação foi produzida, adquirida e usada pela entidade Família tem de integrar forçosamente o Sistema de Informação Familiar X. Isto parece-nos de uma evidência flagrante.

8º É, pois, óbvia a unificação teórica e sistémica de toda a informação, mas, na prática descritiva, como podemos sinalizar a presença e tornar acessível a "biblioteca" familiar? Como colecção à parte? Ou como parte integrante do SIF(a)P? Obviamente como parte integrante, mas como? Como Secção? Repartindo, fisicamente, os impressos pelas Subsecções a que se reportam organicamente? Há livros, opúsculos e demais impressos que possuem ex-libris ou identificação do comprador/possuidor e, nestes casos, é possível, em nível catalográfico, anotar a relação e remeter listagem (autor-título) no local certo do **Quadro orgânico-funcional.** Os não identificáveis, agora, podê-lo-ão ser um dia mais ou menos próximo, pelo que se deve deixar em aberto este *upgrade* interactivo. E, de forma prática, o mais razoável, numa maioria considerável de casos, é aceitar e manter a designação comum de Biblioteca tratada, em nível de catálogo, como tem de ser e referida, no fim da apresentação hierarquizada do SIF(a)P, através de *link* possível em hipertexto/multimédia ou cd-rom.

9º Os documentos são, aparentemente, estáticos e podem ser ordenados em pastas, acondicionados em estantes fixas (corridas ou compactas) e isolados em salas-depósito, protegidos de calamidades várias (inundações, humidade, ataques de bibliófagos, etc.), mas a informação neles contida é, por essência, viva e

dinâmica, aspecto importante que o modelo sistémico e interactivo visa atender e realçar. É preciso ter sempre presente que os documentos guardam-se e preservam-se para que a informação seja recuperada, em qualquer momento e por qualquer ser humano, e usada/transformada pelo(s) utilizadores de acordo com os seus interesses e necessidades contextuais. Adequar cada vez melhor os instrumentos e os pontos de acesso informacionais aos quesitos formulados por quem busca informação é o desafio complexo que se coloca hoje graças às facilidades e potencialidades despertas pelas novas TIC (tecnologias de informação e comunicação). E a interactividade incide, precisamente, sobre este potencial cruzamento da oferta e da procura, podendo e devendo aquela aproximar-se, sucessiva e constantemente, de níveis mais profundos e exigentes desta.

10º A microfilmagem e a digitalização da informação de um SIF(a)P assentam em quesitos de ordem tecnológica e em medidas rigorosas de protecção do suporte papel que estão já devidamente tipificadas e difundidas. Remetemos, por isso, para a literatura respectiva, no que toca ao aspecto essencialmente tecnológico e preservacionista, não cabendo, aqui, a discussão dilemática do que deve ser feito - microfilmar ou digitalizar, prevalecendo ainda a opinião baseada em pareceres técnico-científicos de que o microfilme dura em boas condições 500 anos e o digital é óptimo para o acesso, mas muito mais vulnerável e perecível. Do ponto de vista prático e da gestão financeira das entidades produtoras/receptoras e detentoras (Bibliotecas e Arquivos Públicos), a escolha, de suportes e de matriz privilegiada de acesso, resolve-se tendo em conta vectores como a relação custo-benefício e investimento financeiro, claro em objectivos estratégicos.

11º A preocupação jurídica de classificar um SIF(a)P, como público ou privado, inscreve-se na esfera político-administrativa em que se normaliza e regula o acesso. Esta postura funda-se num pragmatismo inquestionável, mas é independente da esfera científica, facto que até agora tem sido pouco relevado pelos arquivistas, carentes de uma armadura teórico-metodológica consistente e permeáveis, por conseguinte, a modos de ver e de fazer de disciplinas diversas. Não surpreende, por isso, a obsessão arquivística pela conceptua-lização jurídico-administrativa e a primazia dada ao "loby" da História[59] em termos de acesso. O que propomos, face a este problema, é a distinção de planos: a salvaguarda, a incorporação e a definição de prazos de abertura a público são tópicos definidos numa esfera eminentemente política e jurídico-administrativa que adquire especial pertinência para quem dirige ou exerce funções técnico-científicas em Serviços de Arquivo ou de Biblioteca (instituições culturais), enquanto a esfera científica atende exclusivamente a duas vertentes ligadas ao fenómeno em estudo (e às suas propriedades) — a organicidade (estrutura e contextos originários) e a funcionalidade (instrumentos e pontos de acesso ao conteúdo e o uso deste, ou seja, o comportamento informacional).

Estes procedimentos não esgotam o leque de actos técnicos, exigível pelo estudo e pela disponibilização interactiva de um SIF(a)P, mas constituem a base operativa mais conforme com o paradigma científico e pós-custodial que perfilhamos.

3.2. Pessoas

Só há verdadeiramente um sistema de informação pessoal - SIP (activo e/ou permanente), quando estamos perante de documentação produzida e adquirida/coligida por uma única pessoa ou ser humano. Ninguém nasce de geração espontânea e, portanto, as pessoas trazem sempre consigo, em tese, vínculos familiares, mas este facto não impede que haja órfãos solteiros que percorrem sua vida toda produzindo/acumulando S. I.'s, estritamente pessoais. E o que acontece mais frequentemente é a prática residual, ou seja, um SIF(a)P vai-se fragmentando e quando entra/é incorporado num Serviço de Arquivo ou numa Biblioteca Pública (é o conhecido caso dos *espólios* da Biblioteca Nacional de Lisboa) já só se refere a um membro de determinado agregado familiar. Esse resíduo informacional é um SIP, por selecção inevitável, mas não um SIP genuíno e natural. Formulámos mesmo a hipótese de que mais natural e genuíno é o SIF que compreende a produção/recepção informacional de pessoas ligadas entre si por laços bio-parentais e sabe-se que o ser humano é eminentemente um ser social e político, como lucidamente observou Aristóteles.

É, no entanto, indesmentível a existência de SIP's e o desafio que se coloca ao modelo sistémico e interactivo, aqui defendido, é a determinação rigorosa da respectiva organicidade, como atrás já afloramos, alertando para a dificuldade da tarefa e invocando, aí, o contributo qualificado de certas Ciências Humanas e Sociais, como a Psicologia e a Antropologia, para uma delimitação verosímil de fases psicossomáticas constitutivas do arco vital humano — do nascimento ao envilhecimento/morte.

Uma organicidade pessoal procurada à luz, entre outros, do contributo de Jean Piaget[60], surge plasmada em quatro etapas evolutivas — a infância (até aos 9/10 anos), a adolescência (dos 10 aos 16 anos), a juventude (dos 16 aos 23/25 anos) e a adultez/velhice (dos 23/25 anos em diante). Mas, a variação individual (cada pessoa pode apresentar fortes especificidades na maturação psicossomática) e sócio-cultural é acentuada, dificultando a fixação de uma matriz orgânica estável. Antecipamos, assim, a crítica mais séria que pode ser feita à aplicação do modelo sistémico e interactivo às pessoas. No entanto, insistimos neste ponto crucial: todo e qualquer ser humano nascido e criado em qualquer ponto do planeta Terra age para sobreviver e fixa objectivos legitimadores e estimuladores da acção, de acordo com os seus ciclos existenciais. Este princípio apodítico é ilustrado pelos seguintes exemplos: a informação produzida/recebida por uma criança depende do desenvolvimento de suas capacidades mentais e físicas, bem como do ambiente familiar e do sistema escolar correlativo; um adolescente/jovem (a distinção psicológica entre a organicidade de um adolescente e a de um jovem parece-nos, do ponto de vista informacional e das actividades correspondentes ao seu estádio de desenvolvimento físico e mental, muito ténue) projecta-se na informação que produz/recebe ou recolhe (jogos electrónicos, internáutica, música e cinema são tipologias naturalmente dominantes num adolescente/jovem da actualidade); e um adulto/idoso (a continuidade orgânica e a longevidade em boas condições de saúde de um ser humano na época em que vivemos permite-nos associar numa fase ou ciclo único o jovem adulto, o adulto pleno ou na pujança de suas capacidades físicas e mentais e o adulto idoso) projecta-se de igual forma.

Mas, outra objecção se pode colocar a este esquema algo difuso de organicidade objectiva (as etapas biopsíquicas de vida existem): qual a vantagem para o utilizador de que a documentação seja disposta por fases da evolução vital de um ser humano em articulação com as diversas actividades e cargos/empregos por ele assumi-

dos (desde estudante a profissional em diferentes ramos ou sectores)? Com as novas TIC, o processo de digitalização instala-se e difunde-se permitindo a reprodução por imagem de documento a documento com efeitos práticos imediatos: evita a consulta no suporte original e dispensa uma catalogação minuciosa[61], além de afastar do cardápio a receita do inventário e das classificações na realidade mais temáticas que orgânico-funcionais até há pouco "dogma" absoluto. O suporte digital parece sugerir, como apregoam os defensores desta solução tecnológica, uma resposta simples à questão posta: a vantagem para o utilizador é mostrar a informação textual, numérica ou gráfica/imagética que ele busca sem arrumações temáticas, nem orgânicas, ficando este exercício hermenêutico a cargo e da exclusiva responsabilidade de quem precisa e busca informação. O máximo que é tolerado é criar grupos documentais, um misto de identificação tipológica e temática à guisa de séries artificiais.

Duas razões principais nos afastam desse caminho.

A primeira razão leva-nos a marcar bem a diferença face à tradicional divisão em actividade pessoal e actividade pública, demasiado simplista, redutora e incapaz de traduzir a complexidade da existência humana reflectida na informação a cada dia feita, a cada dia coligida. Em vez de "encaixarmos" rapidamente os documentos em classes tão imprecisas como essas, entendemos que é, infinitamente, mais rigoroso, fixar a informação de um indivíduo (da certidão de nascimento, bilhetes de identidade ou cartões de vacinas aos livros e revistas ou discos em vinil e cd's) na fase de vida ou no segmento etário em que ele a adquiriu ou produziu, guardando-a e usando-a pontualmente até ao fim dos seus dias. Conseguimos, assim, aproximar a informação da organicidade subjacente. E não vemos outro modo de o fazer. As alternativas a esta opção sistémica visam, apenas, facilitar o acesso ao conteúdo, sem se deterem, por um minuto que seja, no respectivo contexto originário, o que impede, na prática, o estudo de duas das propriedades intrínsecas do fenómeno informação (enumeradas atrás), sobre o qual, aliás, arquivistas, bibliotecários e documentalistas não devem mais incidir como meros arrumadores, preservacionistas, inventariantes ou catalogadores, mas basicamente como cientistas que investigam, buscam compreender e ajudam a explicar o respectivo objecto em toda a sua complexidade.

A segunda razão consiste em reafirmar que não se pode continuar a confundir planos distintos, ainda que complementares: o especialista em informação (seja arquivista ou bibliotecário), ao concentrar-se num S. I. de qualquer tipo, terá de usar o instrumento **Quadro orgânico-funcional** para contextualizar a informação e os **planos de classificação**, os **catálogos**, os **índices** e a **indexação com elaboração de thesaurus** para abrir, o mais possível e em profundidade, os conteúdos aos utilizadores. Fornecer uma imagem nitidamente digitalizada e resumidamente descrita é, sem dúvida, um meio expedito para o acesso rápido, mas é também um meio perverso de excluir o profissional da informação da mediação qualificada e sistemática que tem sempre de ser feita, até porque uma coisa é digitalizar postais legendados, fáceis de assimilar, e, outra, é "despejar" dezenas, centenas e milhares de textos de difícil leitura paleográfica. No domínio do acesso, designado, tradicionalmente, por estudos de utilizador, e, há uma ou duas décadas, por comportamento informacional, impõem-se pesquisas experimentais sérias, sistemáticas e extensivas que forneçam dados precisos e correctivos sobre a natureza e a qualidade dos instrumentos de mediação fornecidos.

Para que melhor se compreenda a aplicação do modelo sistémico e interactivo ao caso das Pessoas, julgamos oportuno desfiar alguns pontos com procedimentos teórico-práticos específicos:

1º Os elementos prosopográficos ou biográficos detalhados são fundamentais na elaboração do **Quadro orgânico-funcional** pessoal, assim como os genealógicos e histórico-familiares para a análise dos SIF(a)P. Em rigor, este quadro **não é um instrumento de acesso** (estes são produzidos em paralelo), mas permite compreender facilmente a distribuição cronológico-contextual dos documentos, pelas diferentes fases de uma trajectória de vida.

2º Os documentos são analisados e descritos, através de FRD's e de bases de dados bibliográficas, respeitando-se, escrupulosamente, a forma como foram ordenados até ao início do trabalho de estudo e acesso. Nos sistemas de informação familiar e pessoal é possível encontrar, em número reduzido, porquanto o mais frequente é a existência de avulsos ou de *dossiers*/processos, dois tipos de séries: a natural ou orgânica, similar às que se encontram nos S. I. de instituições burocratizadas e é ilustrada, sobretudo, pela correspondência, embora seja importante notar a prática muito comum de distribuir cartas, cartões, postais e fotos por pequenos maços ou *dossiers* temáticos; e a posterior ou "arranjada", resultante de operações pontuais de reordenação documental para facilitar o acesso ao possuidor/utilizador. Generalizou-se, também, a prática anti-natural de constituir, após o depósito em Serviços de Arquivo ou de Biblioteca, dos SIP's, uma única e vasta série de correspondência — ordenada por remetentes — à custa da recolha de cartas das capilhas, pastas e unidades de instalação onde se achavam até à incorporação. Prática justificada sempre pela expedita ideia de tornar, rapidamente, acessível o conteúdo epistolográfico, através de uma intervenção abusiva, que destrói a mais ténue sombra de organicidade e que mexe e remexe a disposição física dos documentos, quando se sabe não ser preciso fazer isso para se criarem virtualmente instrumentos e pontos de acesso adaptados aos interesses e necessidades dinâmicas de potenciais utilizadores.

3º A manifesta dificuldade em distinguir, com rigor, a informação que uma pessoa produz ou recebe, enquanto ser humano e enquanto sujeito activo, assumindo papeis sócio-profissionais diversos, é, com proveito, gerida pelo modelo sistémico, o qual, além das fases evolutivas, permite operar, dentro delas, com a informação transversal a toda a fase e, com a específica, de uma actividade ou função.

4º Os cargos exercidos em instituições públicas ou privadas geram informação institucional que os titulares desses cargos têm a tentação de levar para casa. Manuel Silva Gonçalves, Paulo Guimarães e Pedro de Abreu Peixoto propõem, que se trate como Colecção, o conjunto de documentos produzidos ou obtidos nesse desempenho institucional[62]. Proposta que perde total cabimento, num modelo sistémico, na medida em que toda a documentação pertencente a um S. I. próprio e apropriada pela pessoa que esteve envolvida na sua produção/recepção, enquanto titular de algum cargo de responsabilidade, possui um vínculo orgânico ao SIP e pode ser representada, através de um Sub-Sistema deste, coisa que de outra forma (pelo termo difuso e equívoco de colecção) nunca fica sinalizada. Descrever — importa que os arquivistas tomem consciência disto — é representar com rigor e, como é óbvio e elementar, isso só se consegue quando se conhece bem o que pretendemos seja representado.

5º É preciso distinguir bem, e nem sempre é fácil, pois este ponto é delicado e precisa de ser bem analisado caso a caso, a informação que, por exemplo, o advogado produz, no exercício dessa profissão liberal[63] da

informação que ele produz/recebe, enquanto Governador Civil ou Presidente da Câmara. É óbvio que um tal conjunto documental deveria permanecer nos respectivos Sistemas institucionais, mas quando de lá sai, sem retorno, fica como Sub-Sistema do SIP, de modo a que se perceba tratar-se de informação autónoma, mas relacionada por um elo concreto.

6º A integração dos livros ou, dito de forma mais abrangente, da Biblioteca no SIP(a)P faz-se como ficou indicado para o SIF(a)P.

7º O nível de descrição obrigatório, para que a recuperação de informação seja fina e apta a cobrir o espectro exigente das necessidades de busca dos utilizadores, situa-se entre o documento composto e o documento simples, ou seja, só é aceitável a produção de catálogo que a aposta, cada vez mais vulgarizada na digitalização, torna inevitável, como atrás referimos.

8º Convém frisar que um SIP só possui informação produzida/recebida por uma única pessoa. Se determinada Pessoa casou e constituiu Família, é óbvio que estamos perante uma situação sistémica híbrida — Pessoal e Familiar, com destaque para a primeira.

A esquematização da inserção dos documentos dentro do **Quadro orgânico-funcional,** inerente ao modelo sistémico e interactivo, ajuda, certamente, a reforçar o intento de uma exposição clara, fácil de entender:

Secção - Fase Adulta (data x - data do falecimento)
- entram directamente as séries e documentos compostos e simples produzidos e recebidos ao longo desta fase.

Sub-Secção - Proprietário
- entram directamente as séries, os documentos compostos e simples produzidos e recebidos nesta função.

Sub-Secção - Advogado
- entram directamente as séries, os documentos compostos e simples produzidos e recebidos nesta função.
- entra também *link* a algum Sub-Sistema vinculado por causa desta sua vertente ou faceta formativa.

Sub-Secção - Escritor
- entram directamente as séries, os documentos compostos e simples produzidos e recebidos nesta função.
- entra também *link* a algum Sub-Sistema vinculado por causa desta sua vertente ou faceta formativa.

Sub-Secção - Político
- entram directamente as séries, documentos compostos e simples produzidos e recebidos nesta função.
- entra também *link* a algum Sub-Sistema vinculado por causa desta sua vertente ou faceta formativa.

A **Biblioteca**, através de catálogo, tem ligação orgânica com o S. I.P ou, em caso do volume da informação bibliográfica ser escassa, deve ficar distribuída pelas Secções e Sub-Secções respectivas.

4. PROPOSIÇÕES FINAIS

A mudança de paradigma, que sustenta a proposta epistemológica sumariada no primeiro *item* deste ensaio, tem consequências teórico-práticas salientes e indeléveis.

A primeira é *holística*: a heterogeneidade das partes não anula, antes reforça, a identidade fenoménica de determinada totalidade. E é importante assinalar, no pólo morfológico (apresentação de resultados, elaboração de instrumentos de pesquisa), as partes que faltam e que ao faltarem deixam, inevitavelmente, truncada a totalidade que elas ajudam a constituir ou instaurar. Saber, por exemplo, que há gerações sem um único documento ou fases da vida de uma pessoa vazias de informação não significa, obviamente, que não houve (teve de haver), mas que se perdeu ou foi eliminada na hora ou algum tempo depois no contexto de produção, aspectos indissociáveis do comportamento informacional que o modelo sistémico e interactivo pretende captar e seguir de forma metódica e regular.

A segunda é *crítica*: os documentos são meros elos de ligação do fenómeno informacional a situações comunicacionais plenas e efectivas, pelo que, disponibilizar documentação à consulta de eventuais interessados, é uma tarefa muito mais exigente e complexa do que tem sido habitualmente praticada, porque implica um exercício crítico permanente que conduz o sujeito ao âmago do seu objecto — o contexto originário da informação, a evolução desta em sucessivos contextos e a interacção funcional/temática entre ela e os agentes humanos que servem de portadores/(re)produtores e de (re)colectores/receptores.

A terceira é *interdisciplinar*: o estudo de um S. I. , para ser usado por quem dele precise, e a actualização contínua dos pontos e dos instrumentos de acesso convocam um fórum de interconexões disciplinares proveitosas para o aperfeiçoamento da performance funcional do S. I.

São consequências directas e compreensíveis, mas admitimos que elas não podem contornar ou fugir à objecção frequentemente repetida: a aplicação do modelo sistémico e interactivo exige um dispêndio de tempo e o emprego de recursos humanos inexistentes e, se calhar, desproporcionais para o resultado que se obtém através do modelo "empírico-documental", concebido e subscrito pelos arquivistas, ao longo, sobretudo, da segunda metade do séc. XX. Baseado num plano de classificação que pode ser simples[64] ou num "arranjo" mais versátil, mas de uma ligeireza teórica capaz de chocar os arquivistas mais "puristas", ensaiado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas — o CPDOC —, que não contempla os campos da ISAD(G) secção e sub-secção e reúne os documentos por séries: *documentos pessoais*, *correspondência*, *produção intelectual*, *documentação diversa*, *recortes de jornais* e ainda a chamada *documentação complementar* (anexa ao arquivo e que engloba documentos produzidos após ou referentes à morte do titular, como por exemplo telegramas de condolências, despesas de funerais, missas, etc.[65]). Esta modelização prática e simplista ajusta-se bem à digitalização em massa, com um enfoque centrado nas peças do *puzzle*, esquecendo este como conjunto orgânico.

Já mostrámos atrás que, tratar e disponibilizar correctamente informação, não se compadece com expedientes simplistas e com rotinas acríticas de descrição/sumariação de documentos. Estas podem ser feitas por um pessoal técnico de formação profissional média ou por licenciados em História ou em qualquer outra área científica, com qualidades pessoais exigíveis (método, disciplina mental, sentido prático de ordenação

coerente, etc.) e com bom senso, o que lhes permite aprender, por eles próprios ou com tutores experimentados, regras simples de catalogação e princípios intuitivos de classificação. Mas, temos de reconhecer que o trabalho obtido em tais condições formativas é incaracterístico e não contribui para o desenvolvimento e a consolidação de um efectivo campo científico sobre informação/documentação/comunicação.

A aposta que começou a ser feita em Portugal, a partir de 2001, numa formação superior e pós-graduada, e já não apenas especializada, constitui um elevar da fasquia e das exigências teórico-práticas, tanto no desempenho profissional ligado à problemática e gestão da informação nas mais diversas entidades, como no *corpus* teórico-metodológico que enforma os projectos de pesquisa na área. Percebe-se, assim, que um projecto destes se orientado, por exemplo, para um estudo de caso — um determinado SIF(a)P ou um SIP(a)P — recuse a via redutora e pobre de fornecer um qualquer instrumento de acesso ou uma Base de Imagens digitalizadas, com dados correlativos de baixa ou deficiente performance. Espera-se, pelo contrário, que com projectos de matriz assumidamente científica, se obtenha uma mediação com um número indeterminado de utilizadores, sustentada, quer por enquadramentos seguros e necessários, quer por dispositivos actualizáveis de aferição dos diferentes graus e aspectos profundos do comportamento de quem busca e precisa de informação.

A abordagem proposta visa contribuir para a lenta e complexa, mas inevitável mudança de paradigma no estudo da documentação e informação seja impressa ou manuscrita, administrativa ou literária, verbal ou pictórica, fotográfica ou filmica, atendendo a que todas estas modalidades ou tipos remetem para um único e fenómeno, humano e social, que importa estudar integral e cientificamente.

Notas:

1. Uma primeira versão deste texto foi enviada para publicação com o mesmo título no Boletim Cultural da Câmara Municipal de Famalicão. Outra versão foi enviada para a Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
2. Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel — *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
3. Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 79-128.
4. Sobre o binómio Informação-Conhecimento ver SILVA, Armando B. Malheiro da — Conhecimento/Informação: diferenciação e/ou sinonímia?. In RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.) — *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 23-41.
5. Cf. Ibidem, p. 37.
6. Cf. Ibidem, p. 53.
7. Cf. LE COADIC, Yves-François — *A Ciência da inf9ormação*. Brasília,DF: Briquet de Lemos Livros, 1996, p. 26 (1ª ed. francesa: 1994).
8. Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 42.
9. Os dicionários de Arquivística existentes são omissos quanto à definição adequada deste conceito, embora ele seja crucial. Com os chamados "princípio da proveniência" e da "ordem original" tem-se pretendido justificar na prática procedimentos de arranjo de documentos baseados em planos de classificação orgânico-funcional, mas este expediente é muito deficitário do ponto de vista conceptual e científico. Por organicidade entendemos a existência de uma acção desencadeada a partir de uma entidade (seja ela qual for - uma pessoa ou uma instituição estruturada de forma complexa) e tendo em vista um conjunto dinâmico de objectivos. Ver a achega jurídica dada a este tópico por MOUTA, Maria Fernanda – *O Arquivo: termos, conceitos e definições*. Viseu: Edição patrocinada pelo Governo Civil, 1989, p. 44.
10. principal pecularidade do "documento de arquivo" consiste em *su origen administrativo natrual o involuntario, que le dota de carácter testimonial, frente al origen voluntario del documento cognitivo, primordialmente informativo. Ello tiene su reflejo en su diferente organización, que contrapone el fondo de archivo a la colección de biblioteca* (Cf. RODRÍGUES BRAVO, Blanca — *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 258-259. Embora aceite pela generalidade dos arquivistas esta acepção é bastante frágil e insconsistente: 1º - o documento é de arquivo não por ser depositado num serviço de Arquivo (instituição), mas por ter sido produzido ou recebido por uma entidade não apenas institucional e dotada de aparelho burocrático (administrativo), visto que um simples cidadão produz e recebe documentos; 2º - considerar a origem ou o contexto administrativo como fonte geradora de actos documentais naturais ou involuntários por contraposição ao documento cognitivo e informativo (noticioso) depositado na Biblioteca faz sorrir qualquer psicólogo cognitivista: um burocrata que faz ofícios usa um outro órgão diferente do poeta que faz poemas?!!! Será que o burocrata faz ofícios por instinto e só o poeta ou o romancista é que usam as suas faculdades mentais?!!!! 3º - abundam os exemplos de um flagrante impasse lógico que só é superável se deixarmos de confundir assuntos/temas e objectivos com a capacidade humana geral de representar através de códigos específicas mais diversas ideias, factos, sentimentos...
11. Ver KHUN, Thomas — *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, p. 67-76. A mudança brusca de paradigma postulada por este autor, físico de profissão e falecido há poucos anos, aplica-se àquilo que ele designou por "ciência normal", categoria em que parece não entrarem outras ciências, além das "exactas" ou "naturais", como são as sociais e humanas. Sendo a C. I. necessariamente uma ciência social o modelo de Khun pode aplicar-se mas com as devidas adaptações.
12. Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 85-91.
13. Cf. ALVES, Ivone et al. – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e do Documento, 1993, p. 7.
14. Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 96.

15. Ver MELLA, Piero — *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare com i sistemi.* Milano: Franco Angeli, 1997.

16. Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 96-97.

17. Ver Ibidem, p. 42.

18. Cf. SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel — *Arquivística*, vol. 1, ob. cit., p. 214.

19. Cf. NOUVEL, Pascal — Modèles et métaphores. In NOUVEL, Pascal (dir.) — *Enquête sur le concept de modèle.* Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p. 192; ver ainda SCHMID, Anne-Françoise — *L'Âge de l'épistémologie: science, ingénierie, éthique.* Paris: Éditions Kimé, 1998, p. 121-152.

20. Insere-se aqui a proposta da descrição arquivística em diferentes níveis hierarquizados que anda consagrada na ISAD-G - *International Standard of Archival Description - General*, produzida no âmbito de comité especializado do Conselho Internacional dos Arquivos (CIA) da UNESCO. Aceitamos esta ferramenta de descrição, mas apenas dentro de um modelo mais maleável e poderoso, firmado numa base teórico-metodológica consistente, que infelizmente faltou na concepção e redacção da dita norma. Note-se que Pedro de Abreu PEIXOTO propôs em artigo recente a aplicação das ISAD-G aos arquivos de família: Idem — A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família. *Páginas A&B: arquivos & bibliotecas*, Lisboa, 4 (1999) 55-70. Trata-se, aliás, de um exercício útil que pode e deve ser examinado e ajustado às exigências metodológicas do pólo morfológico do método quadripolar da C. I. Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 89-90.

21. Ver a proposta de reformulação dos níveis de descrição arquivística apresentada por RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à informação no arquivos.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. vol. 2, p. 633-660.

22. Bastaria a consulta de um qualquer Dicionário de língua portuguesa para se compreender a razão profunda e simples do uso da palavra espólio: *despôjo; restos; bens que alguém deixou morrendo; aquilo de que alguém foi espoliado* (Cf. MORENO, Augusto - *Dicionário complementar da língua portuguesa: ortoépico, ortográfico e etimológico com um glossário de arcaismos e uma lista das principais locuções estrangeiras, aplicáveis em português.* Porto: Livraria Editora Educação Nacional, 1936, p.544). Documentos, mobiliário e demais objectos de uso doméstico formam um conjunto indistinto — espólio — que é deixado por alguém à hora de sua morte e ao mesmo tempo sem uma unidade orgânica e intencional, não passando, por isso, de uma colecção. Ora, já atrás se indicou que a distinção artificial entre fundo e colecção é um artifício sem lógica, nem base credível e isto é tão elementar que não carece de demorada refutação.

23. Cf. HILDESHEIMER, françoise — *Les Archives privées: le traitement des archives personnelles, familiales, associatives.* Paris: Editions Christian, 1990, p. 7-8.

24. Ver GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga — *Manual de archivos familiares.* Madrid: ANABAD, 1993.

25. O empenho tem sido jurídico-político e mesmo assim considera-se que insuficiente, o que é verdade, mas então que dizer do empenho científico? Confrangedoramente escasso a nível mundial... Para uma abordagem interdisciplinar, actualizada e rigorosa da temática patrimonial ver *Direito do património cultural: comunicações apresentadas no Curso realizado no Instituto Nacional de Administração, 13 a 12 de Abril de 1995.* Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996.

26. As Bibliotecas têm tido um papel menor, neste tipo de incorporações, o que se compreende e aceita, mas nada impede que a Biblioteca Nacional incorpore Arquivos Pessoais, como tem feito. Só que do ponto de vista da C. I. , a BN continua agarrada a uma linha "exótica" e confusa: agrupa-os na Secção dos Espólios (!!!) e aborda-os à luz da Arquivística Literária, filha de uma moda muito discutida e discutível, muito francesa também, de formar Arquivos Temáticos sem se perceber devidamente no plano teórico o que isso seja ou deva ser.

27. Cf. PEIXOTO, Pedro de Abreu — Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. *Cadernos BAD*, Lisboa 1 (2000), p. 84.

28. Cf. Ibidem, p. 87.

29. Ver PEIXOTO, Pedro de Abreu — O Valor dos arquivos de família. *Cadernos BAD*, Lisboa 1 (1995) p. 41-51.

30. Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel — *Arquivística*, vol. 1, ob. cit., p. 100-114.

31. Para uma caracterização minuciosa deste paradigma, considerado também historicista ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 152-153.

32. Ver como ponto de partida para o aprofundamento que ensaiamos neste artigo um estudo anterior de SILVA, Armando B. Malheiro da — Arquivos de Família e Pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. In *Seminário sobre Arquivos de família e pessoais.* Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, 1997, p. 51-106

33. Neste sector específico muito se deve a Pedro de Abreu Peixoto que vem publicando contributos úteis e preenchendo, assim, a flagrante lacuna verificada. Ver, em especial, GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES; Paulo Mesquita; e PEIXOTO, Pedro Abreu — *Arquivos de família: organização e descrição.* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1996.

34. GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga — *Manual de archivos familiares*, ob. cit. Em ligeira discordância com esta autora m arquivista basco observou ser impossível determinar a matriz orgânico-funcional (tese que consideramos um erro crasso) e, assim sendo, num Arquivo de Família só podemos reunir os documentos por séries diplomático-temáticas. Ver BORJA DE AGUINAGALDE , F. – El Archivo de la Casa de Zabala. *Eusko-Ikaskuntza / Sociedad de Estudios* Vascos [Separata fotocopiada, 1984]; Idem - Los Archivos de familia: definición, estructura, organización. In *Nuevos extractos de la Real Sociedad Bascongada de los Amigos del País.* Donostia-San Sebastián: R.S.B.ªP., 1992, p. 11-37; e Idem – Los Archivos privados familiares: propuesta de organización de sus fundos. Madrid, *Hidalguia Instituto "Salazar y Castro"*, p. 33-50.

35. Em sentido literal "documento de arquivo" é todo aquele que é depositado e consultado num Serviço de Arquivo. Em sentido mais elaborado é todo o documento seja qual for o assunto, a forma de registo e o

suporte desde que produzido/recebido por alguém no decurso da sua actividade ou vida, de onde se conclui que não pode haver distinção entre "documento de arquivo" ou "de biblioteca", com base num critério meramente institucional ou administrativo, pois isto seria excluir, abusivamente, múltiplas manifestações ou variações do mesmo fenómeno. A única distinção possível tem de assentar na diferença de contexto de produção/recepção ou de acumulação. Um livro anotado por um leitor e um caderno manuscrito por esse mesmo leitor é documento de arquivo ou de biblioteca? E o mesmo livro não anotado, mas adquirido por um leitor que produziu e acumulou trabalhos onde surge citada informação de livros adquiridos por ele é de arquivo ou de biblioteca? Para responder a estas questões e a outras, com maior êxito, temos de mudar de quadro teórico em que pontifique e se valorize o essencial, ou seja, a informação e o contexto onde nasce ou é inserida e utilizada. Os termos arquivo e biblioteca atrapalham mais do que ajudam e com a revolução tecnológica em curso sentiremos isso cada vez mais.

36. Cf. MORENO, Augusto - *Dicionário complementar da língua portuguesa*, ob. cit., p. 1160.
37. É interessante notar a existência de uma valoração semelhante aplicada por Alois Riegel para a preservação de patrimônio e monumentos.
38. Cf. PEIXOTO, Pedro de Abreu — O Valor dos arquivos de família, art. cit., p. 42-46.
39. Cf. SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel — *Arquivística*, vol. 1, ob. cit., p. 213-214.
40. Cf. SILVA, Marco — *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000, p. 20.
41. Cf. SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel — *Arquivística*, vol. 1, ob. cit., p. 215-216.
42. Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas Arquivos & Bibliotecas: a6b*. Lisboa 5 (2000) p. 57-113.
43. A chamada tipologia documental não cabe apenas dentro das regras recenseadas pela Diplomática vocacionada, como técnica metodológica da História, para o estudo dos diplomas de cariz essencialmente jurídico-político e notarial, porquanto há uma extrema variedade de géneros discursivos (desde o literário, o científico, o religioso, etc. passando pelo matemático, o melódico, o pictórico e o gráfico até ao fotográfico e fílmico) que são objecto de análise de diferentes disciplinas.
44. Ver uma outra faceta deste esforço modelizador em SILVA, Armando B. Malheiro da — O Archivo dos Açores (1878-1892) de Ernesto do Canto: um modelo de "erudição" histórico-arquivística: análise e superação. In *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo: actas do Colóquio, Universidade dos Açores, 25-27 de Outubro de 2000*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Fructuoso-Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, p. 219-277.
45. SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel — *Arquivística*, vol. 1, ob. cit., p. 214-216.
46. Cf. Ibidem, p. 214.
47. Cf. Ibidem, p. 215.
48. Cf. Ibidem, p. 215.
49. Cf. CASTELLAN, Yvonne — *La Famille*. Paris: PUF, 1996, p. 5, 5ª ed. Ver também HÉRITIER, Françoise — Família. In *Enciclopédia Einaudi, vol. 20: parentesco*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 81-94.
50. Cf. GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES; Paulo Mesquita; e PEIXOTO, Pedro Abreu — *Arquivos de família*, ob. cit., p. 39-43.
51. Cf. RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à informação nos arquivos*, ob. cit., vol. 2, p. 651-652.
52. Atente-se no que a socióloga Maria Engrácia LEANDRO sublinha a este respeito: *Tendo em conta que a família é uma instituição dual, em virtude da sua natureza biológica e social, procura-se fazer compreender que, ao longo dos tempos e nos mais variados contextos sociais e civilizações, a família tem sido moldada pelas sociedades, os seus sistemas económicos e culturais e as religiões, mas que também ela, através do processo de socialização dos indivíduos, concorre, simultaneamente, para a reprodução e dinâmica das sociedades* (Cf. Idem — *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta, 2001, p. 51).
53. É aproveitável a adaptação das Normas feita por PEIXOTO, Pedro de Abreu — A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família, art. cit.
54. Mantemos o campo da entidade detentora, mas, no seguinte, designado por grupo de arquivos, sugerimos alteração para entidade produtora. Onde se lê fundo, deve estar sistema, e onde está sub-fundo, deve estar subsistema e não se pense que estas alterações são cosméticas ou meramente terminológicas, porque elas estão imbricadas numa assumida mudança de paradigma como ficou atrás explicado.
55. Folhas de recolha de dados concebidas e organizadas tendo em vista a digitação da informação fixada em campos hierarquizados e inspirados nas ISAD-G de uma adequada Base de Dados informática.
56. Cf. RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à informação nos arquivos*, ob. cit., vol. 2, p. 656.
57. Não há uma grelha rígida, mas também é verdade que as variações são pequenas. Um exemplo que consideramos muito válido: partindo desta realidade os documentos foram ordenados por gerações dentro de cada uma delas foram reunidos pelo produtor/destinatário da documentação, criando-se assim uma secção para cada elemento da família, dentro das secções, a documentação foi ordenada cronologicamente. // Do catálogo elaborado constam os seguintes elementos: - data; - tipologia documental; - autor; - destinatário: - assunto; - assunto; - dados externos (páginas, medidas, material suporte, estado de conservação); - nº de documentos (em virtude de alguns documentos coexistirem fisicamente numa mesma unidade de instalação, como é o caso dos códices, no sumário remetemos o documento para o número do códice e dentro deste para as respectivas folhas). // Elaborámos também um índice onomástico que remete para o número do sumário do documento. A entrada principal uniforme para os nomes de pessoas é feita pelo último apelido, seguido do(s) restante(s) nome(s). (Cf. CASTRO, Maria João Padez de — Catálogo do Arquivo do Morgado dos Garridos. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 21-22 (2001-2002) p. 445).
58. Cf. RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à informação nos arquivos*, ob. cit., vol. 2, p. 657.

59. Um "loby" que há muito se acha auto-suficiente no plano arquivístico, entendido como uma extensão metodológica Ver, por exemplo, RASPIN, Angela — Private papers. In SELDON, Anthony (ed) — *Contemporary history: pratice and method*. Oxford, UK: Basil Blackwell Inc, 1988, p. 89-100.
60. Ver à guisa de introdução, entre outros textos propedêuticos, PIAGET, Jean — *Seis estudos de psicologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
61. Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — O Archivo dos Açores (1878-1892), in ob. cit., p. 273-275.
62. GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES; Paulo Mesquita; e PEIXOTO, Pedro Abreu — *Arquivos de família*, ob. cit., p. 50.
63. A informação produzida/recebida no *Escritório* de um Advogado — processos, correspondência, livros e periódicos — entra, naturalmente, na Sub-Secção Advogado do **Quadro orgânico-funcional**.
64. Numa versão aplicada, em ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL/ARQUIVOS NACIONAIS-TORRE DO TOMBO — *Arquivo do Paço de Cidadelhe*. Vila Real/Mesão Frio: Arquivo Distrital/Câmara Municipal, 1996, p. 24-25 (inventariado elaborado por Manuel Silva Gonçalves, Paulo Guimarães e Pedro de Abreu Peixoto), os Documentos Individuais surgem como Secção ligados ao nome de uma pessoa, subdividida nas Sub-Secções — *Documentos pessoais*, *Documentos de função pública* e *Documentos de função privada* —, mas no manual *Arquivos de família*, ob. cit., p. 52-53, os *Documentos pessoais, de função pública e privada* descem já ao nível de série.
65. Cf. MEDEIROS, Ana Lígia Silva; COSTA, Célia Maria Leite; LOBO, Lúcia Lahmeyer — *Procedimentos técnicos em arquivos privados*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1986 (dactiloscrito), p. inum.

OS ARQUIVOS E OS SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE

Julio Cesar Cardoso
Mestre em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ); Bacharel em Arquivologia (UNIRIO)
juliocesarcardoso@terra.com.br

André Ricardo Luz
Graduando em Arquivologia (UNIRIO)
andrericardoluz@ig.com.br

Resumo
Reflexões sobre a inserção da Arquivística no campo de estudos da gestão da qualidade. A partir de consulta à literatura sobre sistemas de gestão da qualidade, procura-se demonstrar a importância de estudos e pesquisas voltadas para o campo da informação e dos arquivos, aplicados em organizações que atuam buscando padrões de qualidade. São comentadas algumas normas referentes à gestão da qualidade e informação. Apresenta parte do universo das normas arquivísticas nacionais e internacionais, incluindo padrões de descrição de metadados.

Palavras-chave: Gestão da qualidade. Arquivologia. Informação. Metadado. ISO 9000.

The archives and the quality management systems

Abstract
Reflections about the insertion of the archival in the field of studies of the quality management. From consultation to literature on quality management systems, it is looked to demonstrate the importance of studies and research directed toward the field of the information and archives, applied in organizations that act searching quality standards. Some referring norms to the quality management and information are commented. It presents part of the universe of the national and international archival norms, including of metadata standards description.

Keywords: Quality management system. Archivology. Information. Metadata. ISO 9000.

Introdução

Estudos que envolvem a gestão da qualidade, articulados com questões ligadas ao campo da gestão da informação, já é uma realidade. Há algum tempo, profissionais da informação, incluindo aí os arquivistas, já perceberam que se trata de um terreno promissor em oportunidades. Tal percepção, inclusive, deve-se à simples constatação de que sem gestão da informação não há gestão da qualidade.